

CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE

13.06.2018

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE****13.06.2018**

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 16^a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato 17/2018, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades nos contratos celebrados com as Organizações Sociais da Saúde - OSS, pelas prefeituras e pelo Governo do Estado de São Paulo.

Registro com alegria a presença dos nobres deputados; Cássio Navarro, Carlos Neder, o vice-presidente Wellington Moura, Davi Zaia, e este na Presidência. Solicito à secretaria que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Davi Zaia.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental a solicitação de Vossa Excelência. Estando todos de acordo, está dispensada a leitura da Ata, e aprovada. Quero cumprimentar com muita alegria também o sempre deputado desta Casa, jovem que foi prefeito de Marília, Vinicius Camarinha. Obrigado por sua presença. A Ordem do Dia é ouvir o procurador geral de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Gianpaolo Poggio Smanio, convidado com a finalidade de tratar assuntos pertinentes ao objeto desta CPI.

Solicito ao digníssimo Gianpaolo que sente ao nosso lado, e também o Dr. Garreta e o Dr. Cocenzo. Por gentileza. Vinicius Camarinha, tome o assento que sempre lhe foi de direito. Quem foi deputado aqui sempre o será. Por gentileza, tome assento conosco. Ficarei entristecido se não o fizer. Não tem problema, hoje em dia ninguém mais quer usar muita gravata. Comunico aos Srs. Deputados que hoje o representante do Tribunal de Contas do Estado é o Sr. Moacir Pereira da Silva, e do Tribunal de Contas do

Município é o Sr. Guilherme José de Lima. Agradeço a presença de ambos, e com muita alegria a do Dr. Gianpaolo Smanio e sua equipe. Nós o convidamos para vir aqui falar um pouquinho sobre essa CPI.

O Dr. Smanio chegou aqui adiantado, 15 para a uma. O Dr. Garreta tem sempre acompanhado os trabalhos da CPI, e o Dr. Cocenzo é uma pessoa sempre vista aqui na Assembleia, trocando ideia com todos os deputados sobre as questões importante acerca do Ministério Público. Já vou passar a palavra a V. Exa. para que faça suas considerações.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Boa tarde a todos. Para mim é uma honra e alegria poder estar aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Queria cumprimentar o presidente da CPI, o deputado Edmir Chedid. E pedir licença para em nome do deputado cumprimentar todos os presentes, fazendo uma menção expressa pela minha honra e alegria de estar na presença dos deputados Cássio Navarro, Carlos Neder, Edmir Chedid, Marco Vinholi, Wellington Moura e Davi Zaia. É uma alegria e honra poder estar aqui na presença dos senhores, para poder colaborar da maneira que for melhor a respeito dos trabalhos desta CPI. Para nós é importantíssimo.

Queria cumprimentar também o presidente e o deputado Edmir Chedid, e toda esta Casa, pela iniciativa. Acho fundamental que nosso parlamento e nossa Assembleia se ocupe dessas questões de irregularidades nos contratos, como é dito aqui no ofício, que envolvem prefeituras, os governos e as Organizações Sociais da Saúde. É importantíssimo que esta Casa faça esse trabalho de verificar a regularidade de tudo que vem sendo feito na área da saúde, especificamente das organizações sociais, que são hoje destinatárias de importante parcela de prestação de serviços para a comunidade.

Com isso, tenho certeza que os senhores conseguirão não só fazer a apuração de denúncias e verificar eventuais fraudes, mas também maior eficiência no serviço, baratear custos do serviço. Isso é de fato algo que todos nós, eu como cidadão de São Paulo tenho que me alegrar e me congratular. Mas também em nome do Ministério Público, dizer da nossa satisfação por estar aqui numa importantíssima atuação da Assembleia. Desde já, a primeira palavra é de colocar o Ministério Público à disposição dos senhores para tudo aquilo que precisarem, o levantamento de dados. De qualquer maneira que os senhores entenderem que o MP pode auxiliar, isso já está colocado à disposição de todos.

Sei que já vieram promotores falar, e isso para nós é importante. Também da Procuradoria Geral, a nossa presença aqui é para dizer que estamos à disposição para auxiliar naquilo que os senhores entenderem importante. É uma importante oportunidade para aperfeiçoarmos essa parceria e colaboração entre as instituições. Aqui é um poder do Estado, a Assembleia e o MP está sempre buscando e querendo atuar em parceria com todos os senhores. Deputado, quando o senhor nos procurou e começamos as conversas a respeito desta CPI, pedimos para a nossa assessoria. Temos um centro de apoio operacional que trata das estratégias de atuação do Ministério Público em cada área. São promotores e promotoras que fazem assessoria do procurador geral e esse contato com todos os promotores do Estado naquilo que se refere a essas estratégias de atuação, e fazem também uma consulta de solução de problemas, sobretudo de áreas que nem todos dominam.

Nem todos têm uma formação nessas áreas específicas de saúde. Nossa formação, sobretudo universitária, é mais focada em processo penal, civil, constitucional. Nem sempre os promotores têm essas áreas por especialização. Então nós preparamos, e já deixei cópia com o presidente e à disposição para todos os senhores, um trabalho feito pelo nosso centro de apoio a respeito de saúde pública e terceirização, com os estudos jurídicos a respeito dos temas e situações que podem ocorrer. Ele tem tanto uma ideia de solucionar situações práticas mais corriqueiras, como também dar sustentação da legislação vigente e daquelas questões que podem ser tratadas e verificadas com maior apuro. Que eles possam se debruçar nessas questões mais amiúdes.

Então está à disposição dos senhores, tem legislação, decisões dos tribunais, soluções de questões práticas, algumas simples, e os senhores com certeza nem precisariam delas. Para os promotores é importante para que eles possam... Isso aqui vai para os substitutos e promotores iniciantes, assim como para os mais experientes. Então a nossa preocupação é abordar desde as questões mais simples até as mais complexas. Isso serve de apoio se os senhores acharem importante, mas também serve para que saibam o que o Ministério Público está fazendo. Mais importante é informar aos senhores como estamos tratando o tema, encaminhando com os promotores, para que também possamos alinhar as atuações e os entendimentos.

Acho que isso é muito importante, que possamos alinhar a atuação, as informações, os entendimentos junto aos senhores e aos tribunais de contas. Enfim, outros órgãos que os senhores entendam ser importantes. Também estão aqui as defensorias. Enfim, temos atuado muito nessa integração, que tem mostrado bons

resultados, sobretudo na área da saúde. Eu comentava aqui com o nosso presidente, que temos convênios realizados com o Estado, e podemos fazer com as prefeituras, para buscarmos maior eficiência, diminuir custos, evitar judicialização na área da saúde. Nós todos sabemos, pelas informações que temos, que um terço do orçamento do Estado, da saúde, vai para a judicialização, sobrando dois terços para todas as outras questões que envolvem a saúde. É um orçamento que já não é maravilhoso, e parte se esvai nas questões da judicialização.

Com isso já conseguimos diminuir em 20% o número da judicialização, é um convênio que vem dando resultados bem expressivos. Envolve a secretaria, o Executivo, o Ministério Público, a Defensoria, o Judiciário. E digo ao presidente que gostaríamos muito de envolver também o parlamento, as prefeituras, e através dos senhores alcançarmos outros setores da sociedade para que possamos continuar uma atuação nesse foco dos senhores, combatendo fraudes e irregularidades. Mas também mostrar o melhor caminho, com eficiência, como podemos fazer para economizar custos, ouvindo especialistas e os senhores que fundamentalmente são representantes da sociedade, e deverão dar o norte da nossa atuação, através da legislação ou do contato permanente que temos.

Muito obrigado, presidente. Essa é a fala inicial, mas estou à disposição dos senhores. O Cocenzo está me passando aqui que tem dois colegas que não puderam vir e justificaram, porque atuam na área. Mas há colegas do CAU, o Hernani Vilhena que atua nessa área e também na assessoria do procurador geral. Ele é de São João da Boa Vista, um dos maiores especialistas do estado nessa área de probidade e fiscalização. Ele está à disposição para a hora que quiser. Também temos a colega Aline Zavalha à disposição para vir, que nos ajudou muito a fazer esse material. Enfim, dentro do Ministério Público nós temos colegas que se especializaram e estão à disposição dos senhores para o que acharem importante, para trazê-los aqui ou fazer reuniões.

Estão à disposição, assim como todo o gabinete da Procuradoria Geral. O Dr. Cocenzo faz esse trabalho e está permanentemente aqui, o Dr. Garreta faz a assessoria de prefeitos. O gabinete está à disposição a qualquer momento, para aquilo que acharem importante. Como disse, para nós é uma oportunidade importantíssima de trabalho conjunto e integrado com esta Casa Legislativa de São Paulo. Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, Dr. Smanio.

Desde já agradecemos. E vamos realmente precisar que os procuradores, o Dr. Hernani e a Aline façam contato conosco para que possamos nos aproximar e fazer um trabalho conjunto. Quero citar a presença do nobre deputado Marco Vinholi, líder do PSDB, e também agradecer a presença do ex-prefeito de Ilhabela, o Colucci. Também foi secretário da Saúde no Município, sempre interessado nas coisas da saúde da Ilhabela e do estado. Dr. Smanio, muito obrigado por suas explanações.

Primeiro gostaria de passar ao senhor uma informação de tudo que vem acontecendo na CPI, e um resumo do balanço dos 84 dias de funcionamento da CPI nos termos do Regimento Interno, as reuniões especiais que foram feitas para a eleição do presidente e do vice, as outras 16 reuniões de pauta, os 68 requerimentos dos deputados já deliberados, os 83 ofícios emitidos, as 13 oitivas de testemunhas e convidados, de uma diligência numa unidade hospitalar estadual gerenciada pela organização social. E considerando o mês de julho, se não houver reuniões, a previsão de encerramento dos trabalhos é para dia 18 de outubro. Também deixo às mãos de V. Exa. mais esse relatório.

Dia 19 de junho temos outra reunião marcada já com o presidente da Santa Casa de Saúde Santa Marcelina, e depois dia 20 outra reunião com o Dr. Valter Foleto Santin, do Patrimônio Público, que já está agendado para vir, para que possamos dar continuidade. Normalmente a CPI teria uma reunião por semana, e estamos fazendo duas, três, porque o prazo é muito curto e o tema muito importante e complexo. Nós recebemos inicialmente o Tribunal de Contas do Estado, que tem feito as fiscalizações. O presidente esteve aqui e nos trouxe um relatório importante, que também vou solicitar cópia para deixar às mãos de V. Exa. para tomar conhecimento do trabalho do Tribunal de Contas.

Mas a sua presença aqui hoje é muito importante, primeiro porque o senhor dá a oportunidade dessa conversa, desse diálogo aberto para que possamos fiscalizar conjuntamente esses contratos, e também receber dos senhores se possível... O Dr. Neder já tinha uma cópia em mãos e está fornecendo aqui, ele que é especialista na área, médico, já foi secretário da Saúde do Município. Ele é muito dedicado nessa área. Veja que a mesa dele está repleta de documentos, talvez para questioná-lo de algumas coisas e trocar ideias. Essa colocação do senhor, da Assembleia também poder trabalhar em conjunto para que todos os municípios possam fazer um trabalho com os senhores para

tentar reduzir esse custo, diminuir a judicialização quanto aos remédios. É muito importante.

Essa fiscalização é constante, ficamos felizes em saber que existe no Ministério Público pessoas que estão focadas nesse tema. Porque pelas informações que tivemos aqui, que o Tribunal de Contas do Estado nos trouxe, 28 bilhões de reais foram investidos somente pelo Estado nos últimos cinco anos em organizações sociais. Mais seis bilhões de reais pelos municípios do interior do estado de São Paulo, então já são 34 bi. E também esteve aqui o presidente do Tribunal de Contas do Município, demonstrando que foram quase 25 bilhões pelo Município de São Paulo. São números astronômicos e grandiosos. Nós sabemos que muitas organizações sociais são filantrópicas, e o que queremos trabalhar nesta CPI, e todos os deputados têm esse mesmo pensamento, pelo menos é o que tenho visto aqui, é que precisamos extirpar a pilantrópia que existe nesse meio. A filantrópia é importante, mas a pilantrópia precisamos dar um jeito de extirpar, melhorando a legislação e a fiscalização do Estado.

Nós sentimos que a fiscalização é muito precária, pelo número e pela importância. Dinheiro bem investido e dando resultado, as pessoas sendo bem atendidas, é o que todos nós desejamos. Então eu gostaria também, o senhor já nos trouxe aqui uma importante notícia, de que distribuiu a todos os promotores do Estado tipo uma cartilha que os deputados estão acabando de receber agora, já vejo na mão de todos, e depois vamos distribuir aos outros membros efetivos e substitutos, como devem agir os promotores nesse caso.

É importante, porque para nós aqui, por incrível que pareça, acho que nem tanto para o deputado Carlos Neder, que já atua na Comissão de Saúde há muito tempo, é médico interessado, eu agora também assumi a presidência da Comissão de Saúde, é um tema que tem deixado todos nós perplexos por tanto dinheiro investido, e uma legislação que a Assembleia aprovou há 20 anos, que era para melhorar a qualidade de saúde, para poder dar um atendimento que todos nós sonhamos. E ela vem sendo deturpada por algumas organizações sociais que não são filantrópicas, mas pessoas que entraram no ramo para ganhar dinheiro. A quarteirização nos preocupa muito.

Aqui vai um questionamento ao senhor, queríamos uma manifestação do Ministério Público quanto a essa lei existente hoje em nosso estado. Porque todas as OSS que aqui vêm, primeiro que não querem publicar no Portal da Transparência o salário e o nome das pessoas que lá trabalham, conforme determina a lei. Segundo, eles não entendem que são terceirizados, mas que são uma gestão conjunta. Então eles fazem

diversos contratos de terceirização de serviços. Por exemplo, médicos montam uma empresa para prestar serviços de pediatria, como já verificamos aqui. São 30 e poucos médicos, e oito deles servidores públicos do Estado, o que não é permitido que sejam donos de empresas que prestam serviços para o Estado ao mesmo tempo. Empresas que foram constituídas, conforme apurou o deputado Neder, num endereço de uma residência, de um apartamento, outra num terreno baldio. E não existe uma fiscalização do Estado.

Então gostaríamos de uma avaliação dos senhores de como interpretam a legislação, porque as OSS interpretam da forma que desejam. Ora é o que a secretaria fala, ora é o que o Tribunal de Contas da União, do Município e do Estado, a nossa legislação aqui, a federal, a trabalhista. Em cada momento eles entendem o que é mais importante para eles. Então vamos passar às mãos de V. Exa. também oportunamente, o que elas têm colocado aqui, e como têm interpretado a legislação. Nós temos interpretado de forma diferente, então precisamos achar um denominador comum. Talvez os legisladores quando fizeram a lei não se atentaram para aquilo, e aqui fazemos até um *mea culpa*, porque votei a legislação há 20 anos. Mas muita coisa mudou de lá para cá, e temos que aprimorar isso. Então já deixo essa sugestão, não sei o que o senhor pode responder para nós.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Deputado, eu gostaria muito que tivéssemos um trabalho conjunto em relação a isso. Vou pedir para o senhor separar com a Comissão quais os pontos que o senhor deseja que trabalhemos. Se já tivermos coisas feitas eu lhe trago, senão destaco colegas para fazerem um trabalho conjunto, a partir daquilo que os senhores determinarem, qual o foco que os senhores querem verificar. E aí podemos levantar decisões da jurisprudência, doutrina, interpretações, e podemos trazer para uma discussão conjunta esses tópicos, como os senhores determinarem. Vejam qual é o melhor caminho e montamos uma atuação conjunta, formamos um entendimento.

Naquilo que for convergente podemos resolver rápido, e se houver alguma divergência podemos evidentemente trabalhar para o futuro, ver qual é a mudança legislativa ou não, quais são as questões da jurisprudência. Enfim, podemos trabalhar em conjunto em relação a todos esses pontos que os senhores entenderem importantes.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ótimo. Tem um ponto que também nos deixa preocupados, que o secretário adjunto da Saúde do Estado era até outro dia presidente de uma organização social, a segunda ou terceira OSS que mais recebeu recursos - 12%. Nós temos a SPDM com 22, o Seconci com 20 e a Famesp com 12. Ele deixa a presidência, alguém que recebia recursos na ordem de três bilhões de reais nos últimos cinco anos, se não me falha a memória, para daí assumir a secretaria adjunta. E todos nós sabemos que o cargo de secretário é mais político, e o adjunto é aquele que faz o trabalho pesado do dia a dia, da papelada, da documentação, toma as decisões e auxilia.

Daqui a pouco, em algum momento, porque esses cargos normalmente há mudança quando muda governo de quatro em quatro anos, ele vai acabar voltando para essa entidade, até por sua competência e trabalho. E também não temos na legislação, queria saber se os senhores têm algum entendimento quanto a isso, se não deveria haver uma quarentena, principalmente quando sai da secretaria e volta para essa entidade. Porque está sabendo toda a estrutura, o conhecimento, qual é o pensamento do governo. Como o senhor avalia isso? Ou não tem opinião formada?

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Nós do Ministério Público trabalhamos muito com casos concretos, não fazemos a análise prévia da estrutura. Esse é um trabalho que cabe aos senhores montar a melhor estratégia de atuação. Quarentenas são sempre bem-vindas naquilo que os senhores acharem importante para preservar interesses, tudo isso para nós vem muito bem-vindo. E de novo insisto, podemos trabalhar em conjunto. Mas acho importante que possamos ampliar essa discussão.

No fundo o senhor está falando de uma arquitetura, de uma estruturação daquilo que é possível fazer ou não no serviço, e acho que vem bem a calhar com a atividade que é dos senhores, da elaboração legislativa. Então estamos à disposição para oferecer subsídios para que os senhores definam qual é o melhor encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado, é isso que nós desejamos mesmo. Até porque sabemos que o senhor tem um trabalho que não para um minuto sequer, não tem dia e nem hora. Quero passar a palavra ao nobre deputado Carlos Neder, o primeiro inscrito.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Quero cumprimentar...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Antes, só para avisar que está iniciando a Comissão de Finanças e faço parte, então talvez tenha que me retirar um pouquinho para dar quórum e acompanhar. Só para registrar.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Pela ordem. Me somo ao deputado Davi Zaia.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, deputado Davi Zaia.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Meus cumprimentos aos deputados membros da CPI; Davi Zaia, Cássio Navarro, Marco Vinholi, V. Exa. na condição de presidente. Meus cumprimentos ao Dr. Smanio, procurador geral de Justiça, e em seu nome cumprimentar os demais membros do Ministério Público Estadual. Primeiro ponto que gostaria de destacar é a relação entre o Ministério Público e outros órgãos de controle externo.

Ao analisarmos os órgãos de controle externo poderíamos situar tanto o parlamento estadual com o Tribunal de Contas do Estado, como o Tribunal de Contas do Município em sua relação com a Câmara Municipal de São Paulo. Para citar o Estado e o Município na capital, que são aqueles que têm valor mais elevado de recursos disponibilizados para essa modalidade de gestão privada utilizando recursos públicos. Não há nenhuma controversa nessa afirmação, porque todos os estudos pós e antes mesmo da decisão da constitucionalidade das OSS e dos contratos de gestão mostram que se trata de uma gestão privada, e que atua de acordo com regulamentos de compras e serviços, e contratação de pessoal, que são definidos por elas próprias.

Já no início da sua intervenção quero destacar um aspecto importante. Vossa Excelência disse que valoriza essa iniciativa do parlamento estadual e se coloca como um parceiro, disponibilizando dados e tudo que for necessário para a atuação da CPI. Eu já exercei vários mandatos, tanto de vereador como de deputado estadual, e em vários momentos ouvi o seguinte argumento, “por que instalar uma CPI, gastar um tempo

dentro do parlamento na relação com outros órgãos de controle, se ao fim e cabo o documento será encaminhado ao Ministério Público?”. Portanto, seria um trabalho inútil, em que estaríamos nos detendo a análise de denúncias, e ao final a documentação seria encaminhada ao MP.

Então a primeira pergunta que faço a V. Exa. é se esse é o entendimento do Ministério Público, ou se entendem como relevante esse trabalho de fiscalização por parte de um poder autônomo, o Legislativo, na contribuição que pode dar para as ações inerentes ao MP.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Obrigado, deputado. É uma honra e um prazer estar aqui ouvindo-o, e poder debater e responder as questões que o senhor tem de pertinentes. Desde que assumimos o primeiro mandato temos procurado trabalhar essa integração do Ministério Público com os demais órgãos de fiscalização ou não, mas de atuação conjunta. Criamos uma secretaria de integração com uma procuradora que especificamente faz esse trabalho para nós, e tem feito contatos com várias áreas, sobretudo do Executivo e da sociedade civil. Criamos também outra assessoria para assuntos extraordinários, também para fazer contato com os parlamentares. O Dr. Cocenzo está aqui, e faz um trabalho mais voltado ao parlamento, o trabalho legislativo em São Paulo e Brasília, buscando encontrar esse caminho da integração.

Foi objeto das minhas propostas de campanha, porque acho fundamental a integração de órgãos da administração com os poderes do Estado, sobretudo com as atividades que os poderes têm. Hoje já conseguimos construir uma série de convênios e trabalhos que já mostraram bastante fruto. Nessa área da saúde em que o senhor atua, fizemos o Acessa SUS, atuação colocada ao presidente. Na nossa atuação já conseguimos diminuir em 20% a judicialização naquilo que atuamos. É um convênio que envolve secretarias, e queremos que também avance nos municípios. Fizemos convênios com a Secretaria de Segurança, órgãos de fiscalização. Acho que todas as secretarias do Estado têm convênios com o Ministério Público, de parceria, educação.

Ganhamos um prêmio aqui na Assembleia municipal de uma parceria que fizemos com a Secretaria da Educação a respeito da comunidade LGBT. Fizemos programas premiados com o Poupatempo, ganhamos o Prêmio Inovare em Brasília. O Encontre Seu Pai Aqui foi o último que ganhamos, um convênio com o Poupatempo para encontrar os pais e regularizar afiliação. Ganhamos também com o programa Saúde da

Mulher, fazendo convênios com os municípios e o Estado. Enfim, não vou dizer todos, mas tem muitos que fazemos. E sobretudo, gostaria que minha presença aqui demonstra ao senhor e a todos da importância que damos à CPI. Já recebi material de outras CPIs, e todo o material recebido foi encaminhado, gerando ações e atuações do Ministério Público.

Aqui quem sabe conseguiremos inaugurar um passo a mais, um trabalho conjunto mais efetivo já durante o trabalho da CPI, porque acho fundamental que o parlamento exerça a sua função fiscalizatória. Isso vai nos ajudar em muito. As decisões do parlamento são do parlamento, são os senhores que representam a sociedade, e na nossa ótica isso vai de encontro com a atuação do Ministério Público. Por isso coloco o MP à disposição dos senhores para atuação conjunta. E tudo aquilo que os senhores entenderem importante encaminhar, por favor nos encaminhe.

Também vamos terminar de firmar convênios com o Tribunal de Contas do Estado, tem um já em andamento para atuação conjunta. Fizemos um NAI - Núcleo de Atuação Integrada, onde juntamos promotores, membros e funcionários do Tribunal de Contas, Polícia Civil e Polícia Militar, para fazer a fiscalização em algumas regiões do interior. É extremamente bem-sucedido. Estive ontem com o presidente Renato Martins Costa para que pudéssemos aprofundar essa estruturação. E vamos fazer convênios de prevenção de gastos agora, então o senhor tenha a certeza que é uma preocupação constante nossa.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Queria pedir um minuto de atenção. A nobre deputada Célia Leão acaba de dar presença aqui, e com muita alegria a recebemos. Estamos aqui com o Dr. Smanio. Muito obrigado.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Vossa Excelência já avançou para a segunda questão que eu colocaria. Primeiro que fico muito contente que seja esse o entendimento do Ministério Público, e interpreto sua presença aqui nesta CPI exatamente com esse caráter, por entender a seriedade da CPI e da investigação feita pelo parlamento, que pode contribuir com aquilo que cabe ao Ministério Público Estadual fazer. O segundo ponto que eu levantaria é exatamente com relação ao Tribunal de Contas do Estado, e esse convênio a que o senhor se referiu.

Veja que o documento que está em suas mãos, depois vamos poder analisá-lo com calma, contém 23 situações consideradas não apropriadas pelo Tribunal de Contas do Estado em face da Lei 846/1998, que instituiu as Organizações Sociais da Saúde no estado de São Paulo, que completa agora 20 anos. Em decorrência disso temos um comunicado editado pelo Tribunal de Contas do Estado, e eu gostaria que fosse passada uma cópia ao Dr. Smanio. É o comunicado SDG 016/2018, por meio do qual o tribunal comunica às organizações sociais que elas precisam, devem, têm a responsabilidade de publicar nos respectivos Portais da Transparência tudo aquilo que é feito com recursos públicos a elas destinados.

Fizemos a proposta aqui e o Tribunal de Contas nos deve um novo comunicado, porque acordou conosco aqui, de que a mesma exigência seria feita em relação a Secretaria de Estado da Saúde. Porque não é razoável você cobrar isso do ente privado e o gestor público que deveria fiscalizar esses contratos de gestão não fazer o mesmo. Esse é um aspecto importante. Se pegarmos, por exemplo, um documento do Tribunal de Contas que analisa a situação da Fundação do ABC, uma fundação de direito privado. Portanto, quem cuida dela é a curadoria das fundações, ainda que mantenha todo tipo de contrato e convênios com o poder público nos municípios. Não é a área do patrimônio público do Ministério Público.

Vejam o que diz o documento do Tribunal de Contas do Estado. Segundo o desposto no voto condutor, a irregularidade foi decretada em razão da constatação das seguintes falhas; não comprovação da devolução do valor tanto referente a taxa de administração - e a lei proíbe essa taxa; provisão de rateio administrativo no importe de tanto - a legislação não permite isso, entretanto ontem ouvimos a SPDM aqui, que tentou dizer que não há quarteirização, que o rateio não é algo vedado pela legislação e assim por diante; transferência da importância de tanto do Hospital Irmã Dulce para o Pronto Socorro Boqueirão - transferência de um contrato para outro sem que haja um controle sobre o trânsito desse recurso, que diga-se público, vindo dos impostos e contribuições sociais; contingenciamento de recursos pelo órgão público que onerou a organização social.

Temos questionado como o poder público libera recursos e controle esses recursos. Esse material está no Tribunal de Contas do Estado. Nem sempre temos acesso a essa informação; foi preciso instalar uma CPI para que recebêssemos esse material do TCE. Eu inclusive apresentei a proposta de um projeto de lei para que obrigatoriamente o tribunal nos informe a cada procedimento aberto, as conclusões a

que chegou e as providências tomadas. Até porque o Tribunal de Contas é um órgão de auxílio ao parlamento estadual. Ora, se temos vários órgãos de controle externo e eles não se comunicam entre si, acabamos tendo uma ineficiência no controle que nos cabe fazer.

Quero aqui fazer um elogio ao Dr. Artur Pinto, sobre a questão do Hospital Universitário. A Dra. Dora Martin no enfrentamento que fez no fechamento das AMAs no município de São Paulo. O Dr. Wilson Foleto Santin, que queremos entender por que ele arquivou uma representação do Sindicato dos Trabalhadores Estaduais - SindSaúde, que apresentou denúncias relativas a organizações sociais e ele entendeu por arquivá-las. É um direito dele, mas queremos saber como isso transitou e chegou ao órgão superior, ao conselho do Ministério Público Estadual. Então quando fizemos aqui um convite ao Dr. Artur Pinto e à Dra. Dora para que viessem, infelizmente recebemos uma resposta que eu sinceramente não comprehendo e não concordo.

O senhor me desculpe, mas se eu fosse partir do raciocínio de ambos, não teríamos aqui a presença do Tribunal de Contas do Estado, que igualmente analisa as contas na área da saúde. Nós não teríamos a presença do Tribunal de Contas do Município. E o senhor tem em mãos a resposta dada pelos dois promotores. Inicialmente os elogiei pelo trabalho que vêm fazendo, mas não posso entender como razoável a ausência deles. Porque se há disposição do Ministério Público em colaborar conosco, ela se materializa, por exemplo, na presença ou colaboração que pode ser dada, dada a qualidade do trabalho que eles vêm fazendo.

Vou citar um exemplo. Em vários momentos o Conselho Regional de Medicina tem sido citado aqui como sendo o responsável por essas empresas subcontratadas na área da saúde, sobretudo no atendimento médico. E o Estado não fiscaliza, como foi dito aqui pelo deputado Edmir Chedid. A OSS diz que não tem obrigação de fiscalizar se é uma empresa de fundo de quintal ou não, se tem expertise ou condição de fazer o contrato ser de fato realizado, e atribui a responsabilidade, veja só, ao conselho profissional de medicina. Razão pela qual eu propus e deve ter votado na próxima semana, que o presidente do Conselho Regional de Medicina venha até esta CPI, para sabermos se de fato é justo ou não responsabilizá-lo por isso.

O Ministério Público é o órgão que mais aciona o departamento de fiscalização do Conselho Regional de Medicina. São dezenas de solicitações feitas pelo Ministério Público a cada ano, que gera uma fiscalização do departamento de fiscalização do Conselho Regional de Medicina. E as irregularidades constatadas no que diz respeito ao

conselho geram um processo de investigação interna do conselho. Entretanto, nós não sabemos se uma vez recebidas essas informações pelo Ministério Público, quais são as providências tomadas por ele. Sabemos que ele recebeu uma denúncia, ou de ofício resolveu fazer uma investigação. Ele acionou o órgão de classes, o Conselho Regional de Medicina, e não temos a sequência desse tipo de trabalho feito pelo MP.

Então Sr. Presidente, gostaria de solicitar uma relação exaustiva e completa, seja dos procedimentos arquivados ou os que estão em andamento de iniciativa do Ministério Público Estadual, sejam adotados de ofício ou mediante provocação dos cidadãos ou entidades, porque precisamos saber qual é o conjunto. A mesma proposta nós estamos apresentando ao Tribunal de Contas da União, para que seja chamado o presidente do TCU, porque envolve recursos da União, e não somente do Estado e do Município. E o Ministério Público Federal também está sendo instado a nos informar quais são os procedimentos em curso, arquivados ou em andamento.

Essa seria uma grande contribuição do Ministério Público para que possamos fazer uma CPI que não fique na superficialidade dos fatos, mas que investigue de fato se a legislação aprovada pela Assembleia tem permitido que dinheiro público escoe pelo ralo, inclusive para outras áreas que não o atendimento à saúde. Eu gostaria de ouvir a opinião do senhor sobre isso.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Pois não, deputado. Primeiro vamos levar para o presidente do Tribunal de Contas para incluir na pauta de convênios de atuação conjunta essa questão dos contratos da OSS. Vou pedir ao deputado presidente que também nos auxilie para que possamos transformar numa pauta efetivamente conjunta dentro das prioridades que estamos definindo com o Tribunal de Contas. E aí já incluímos essa, que eu acho fundamental. A questão da presença dos promotores, às vezes eles preferem se resguardar, porque como têm atuação executiva no caso concreto, de fato atuam com o material que os senhores encaminham. E se declaram alguma coisa aqui, se tornam imediatamente impedidos ou suspeitos de atuar em seus processos.

Essa é a justificativa, e peço que os senhores compreendam. Mas estou colocando à disposição dos senhores aqueles do MP que fazem o trabalho estratégico de atuação, e que podem ajudar no trabalho. Acho que isso pode suprir essas questões que os senhores têm. Vou pedir para a colega que faz o trabalho de secretaria de integração, a

procuradora Lídia, que venha conversar com o senhor para que entenda bem como é feito, como funciona, ver como podemos aperfeiçoá-lo na forma de trabalhar em conjunto com a Assembleia. Podemos começar nessa área da saúde, que já temos um trabalho feito, e integrar os senhores todos a esse trabalho que temos feito. Confesso que com um foco maior no Executivo, porque esse é o trabalho mais comum e constante do MP.

Mas ouvindo o deputado agora me dei conta da importância de também fazê-lo com o Legislativo. E podemos começar por aqui, se o presidente entender importante.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito importante essa colocação, acho que é o primeiro convênio da Assembleia com o Ministério Público.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Nós podemos avançar num caminho que possa ser de uma atuação conjunta executiva. Nem sempre precisamos de convênios porque cumprimos a legislação que os senhores fazem. Então a partir daí os senhores é que determinam a nossa atuação. Mas se houver necessidade, e acho que talvez exista, podemos avançar um pouquinho nessas questões de execução direta. E eu já tinha colocado à disposição da presidência os dados e informações. Evidente que temos um trabalho no estado inteiro, não sei exatamente qual é a coleta, aquilo que os senhores querem, mas os dados do MP estão à disposição para verificação do que tem sido feito.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Como infelizmente o trabalho da CPI é bastante reduzido, porque perdemos um tempo precioso aqui para instalação da mesma, não sabemos se vamos trabalhar durante o recesso parlamentar, V. Exa. acredita que podemos ter acesso a esses dados em quanto tempo, aproximadamente?

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Não sei deputado, precisa ver quais são os dados.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Estou adiantando o que gostaríamos de saber. Todos os procedimentos abertos, arquivados ou não, são relativos às organizações sociais no Ministério Público Estadual.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Confesso para o senhor que eu não tenho essa dimensão ainda, porque a provocação é recente. Mas podemos verificar. O que eu puder fazer o mais rápido possível, forneço aos senhores. Não há problema algum nos senhores terem acesso ao que temos feito.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Dr. Smanio, a preocupação é só compatibilizar pelo tempo da CPI, porque senão o documento chega e não temos tempo para analisar. A ADI - Ação de Declaração de Inconstitucionalidade 1923, que tratou da inconstitucionalidade das organizações sociais, com base na lei federal, que também se estende a lei estadual e municipal, é interessante, porque o acórdão vai muito além de dizer apenas que se trata de uma matéria constitucional. E o voto condutor e a decisão adentram a uma discussão sobre o fato de que se trata do uso de recursos públicos, e, portanto, todos os princípios da gestão pública devem ser observados no que tange a publicidade dos atos, a impessoalidade e assim por diante.

Eu acho que seria interessante, eu vi o material que vocês passaram para os vários promotores, saúde pública e terceirização, e pelo menos na leitura rápida que fiz, posso estar enganado, não sei se há uma atenção especial para a questão do acórdão sobre o julgamento da constitucionalidade das OSS. Sobretudo, no que diz respeito às obrigações de quem lida com dinheiro público.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Eu vou anotar. Qual é o acórdão, excelência?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - ADI 1923, Distrito Federal. Nós poderíamos passar cópia. Essa nós não temos em meio físico, porque é muito extensa. Mas é datada de 16 de abril de 2015. É o inteiro teor do acórdão publicado no Supremo Tribunal Federal, páginas um a 147.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Nós não tivemos a preocupação específica desse tema, embora conste aqui uma citação, a questão das licitações e das vistorias. Enfim, há uma menção no item 11, de forma que podemos aprofundar um pouquinho naquilo que o senhor está se referindo hoje. Não tem problema não. Me encaminhe a cópia, e fazemos um aprofundamento.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Talvez colocar o link, de tal maneira que a pessoa que tenha o interesse possa acessar. Ainda rapidamente presidente, vimos que foram constituídos alguns fóruns que articulam as organizações sociais. No estado de São Paulo há o Fórum das OSS, e em âmbito nacional um instituto chamado IBROS - Instituto Brasileiro de Organizações Sociais. Dentre muitos que poderiam fazer parte desse instituto, apenas 20 foram incorporadas, que são aquelas que eles entendem que têm expertise, ou algo a contribuir em relação às demais. Razão pela qual o presidente da CPI perguntou ontem se a SPDM poderia nos fornecer a relação de outras que não são tidas como idôneas, porque a lei não estabelece de antemão. Ela estabelece requisitos para qualificar e contratar, mas não necessariamente todo mundo se enquadra nessa situação.

Eu por exemplo estou pedido já há algum tempo que ouçamos aqui a Santa Casa de Birigui, e não tenho conseguido aprovar a oitiva na CPI. Então aguardo essa relação de oitivas ou processos em andamento dentro do Ministério Público, até para sabermos se a Santa Casa de Birigui está contemplada ou não nesse hall. Mas pergunto a V. Exa. se há um conhecimento e acompanhamento desse fórum que organiza as OSS, e o IBROS, porque são tantas denúncias envolvendo formação de quarteis, preços combinados, contratação de empresas sem que haja um processo seletivo, que nós, sem fazermos uma acusação leviana, queremos saber a que fins servem esses mecanismos de articulações dessas organizações sociais.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Deputado, como eu disse, esse centro de apoio que temos no Ministério Público tem uma atuação específica nessa área. Então os assessores que lá atuam têm a orientação de ter os contatos e fazer os acompanhamentos em geral. Especificamente o nome desse fórum que o senhor coloca eu não tenho o conhecimento agora, mas a nossa assessoria trata de todas essas instituições, e fazem os contatos necessários. Nós recebemos denúncias de todos eles. Então imagino que de fato tenhamos o contato, mas é estabelecido e designado a promotores para fazer esse trabalho.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Por fim, presidente, pode parecer que não há conexão entre o que vou abordar, e é um tema delicado, mas entendo que como órgão de controle o Ministério Público tem um papel a cumprir, e zela por esse papel.

Nós temos várias matérias relativas a um estudo feito por uma organização denominada Conectas, também de uma pesquisadora Luciana Zaffalon, pelo IBCCRIM, e também informações de pessoas que exerceram cargo de promotor no Ministério Público Estadual, dizendo que o MPE acaba não tendo autonomia necessária em sua relação com o governo estadual.

Há vários aspectos a serem considerados, desde o fato de ex-procuradores gerais de Justiça se transformarem em secretários de Estado, e até mesmo denúncias feitas dentro do MP, de que não teriam a mesma celeridade na medida em que envolve o Governo do Estado de São Paulo. Como estamos falando de bilhões de reais que envolvem o governo do Estado, da cidade de São Paulo e outros municípios, nós precisamos ter uma ação conjugada que não tenha um limite estabelecido previamente. Eu sei que V. Exa. zela pelo nome da instituição, e o parlamento estadual tem estado sempre atente e disponível para fortalecer a instituição do MPE, muitas vezes inclusive fazendo debates em plenários, com deputados fazendo críticas ao papel do MPE.

E nós estamos aqui defendendo o poder e o direito do parlamento investigar, que não se contrapõe às prerrogativas do Ministério Público Estadual, mas queremos ele independente, investigando e punindo quem quer que seja. De tal maneira que esse tipo de pesquisa acadêmica ou denúncia, que são várias em minhas mãos, sejam devidamente respondidas. Pergunto a V. Exa., como chefe e maior autoridade do Ministério Público Estadual, se esse tipo de documento foi contraditado por esses estudos feitos no âmbito da instituição.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - De fato isso foge do âmbito desta CPI, de toda maneira tenho máximo prazer em respondê-lo. Nós já contraditamos publicamente todos esses documentos ao que o senhor se referiu, fizemos referência na imprensa. Graças a Deus vivemos num estado democrático e a crítica é livre, todos podem dizer sua opinião e publicar aquilo que entendem correto. O Ministério Público tem a sua atuação absolutamente profissional e isenta, temos mais de cem inquéritos, ações e propostas contra o Estado em andamento, prefeitura a mesma coisa. Os números da nossa atuação mostram aquilo tudo que fazemos.

E graças a Deus temos feito com bastante apoio da sociedade, num contato permanente com todos. Respeitamos todas as opiniões, mas posso assegurar que o Ministério Público tem atuado e continuará atuando com absoluta independência e isenção. Todos esses questionamentos que o senhor fez já são de nosso conhecimento, e

já tínhamos respondido inclusive publicamente na imprensa, se o senhor também tiver o trabalho de pesquisar a nossa atuação e respostas. Fique tranquilo, asseguro a todos como tenho assegurado a toda a sociedade, do trabalho isento, profissional, técnico e totalmente apolítico do Ministério Público de São Paulo.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Obrigado, é exatamente o que eu gostaria de ouvir.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mais alguma coisa, Dr. Carlos Neder? O deputado relator desta CPI, Cássio Navarro? Temos mais quatro sub-relatores Dr. Smanio, porque são contratos grandes, e há uma extensão. Tem os AMEs, a CROSS, laboratórios, hospitais. É uma prestação de serviços grande que as OSS assumiram. E como já dissemos aqui, a CPI é curta e demorou a ser instalada, em função da mudança de partido de alguns deputados, e dos líderes indicarem. Ela já começou a correr prazo e perdemos por volta de 20 e poucos dias.

Então resolvemos criar essas sub-relatorias, e o deputado Carlos Neder é o relator da capital. Além de claro, como deputado, fazer seu trabalho dentro do estado inteiro. E o deputado Cássio Navarro é o relator geral da CPI. Então passo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PSDB - Muito obrigado, presidente. Primeiro cumprimentar o Dr. Smanio e agradecer pela presença nesta CPI. Parabenizar o trabalho do nobre deputado Carlos Neder, que vem mostrando muito conhecimento na área, e contribuindo bastante com esta CPI. Cumprimentar ainda o líder da Bancada do PSDB, meu companheiro de partido, o deputado Marco Vinholi. E dizer que sua presença aqui é muito importante, até mesmo pela sua grande história por onde passou e percorreu, pelos seus ensinamentos através de livros e recordações do Mackenzie. Isso nos orgulha por estar aqui nesse momento.

Confesso que para fazer esse relatório final ainda tenho bastante dúvida, porque entendo eu que a função deste Legislativo é fiscalizar sim, mas também penso que mais do que isso, é promover mudanças na legislação para aprimorarmos e darmos condições melhores para que as pessoas possam desenvolver seus trabalhos, sejam através dos municípios, do Estado, das OSS. Até porque já fui secretário municipal e tive muita

dificuldade quando precisávamos resolver um tipo de problema que existia no município, mas não podíamos utilizar de um recurso que era específico para outra área que não tinha necessidade para tal.

Se o gestor faz, vem o Ministério Público em sua função e acaba autuando. Então precisamos, através deste Legislativo, aprimorar essas leis, para que possamos dar mais tranquilidade na ação. Fico muito satisfeito pela presença de vocês aqui hoje, através do presidente Smanio, que se coloca à disposição para contribuir com esse trabalho. Quero desenvolver sim uma relatoria voltada a trazer benefícios futuros, fiscalizar e se tiver que punir, fazer também. Mas não quero trazer jogo político para cá, longe disso. Por isso quero parabenizar pela presença nesta CPI, e desejar que consigamos ter sucesso na caminhada da CPI, com um bom relatório ao final. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Com a palavra, o deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Boa tarde a todos e a todas. Primeiro quero cumprimentar o Dr. Smanio, parabéns pelo trabalho à frente do Ministério Público paulista. Cumprimentar o Dr. Cocenzo, que sempre nos atende com muita presteza, fazendo essa interface com a Assembleia Legislativa de São Paulo. Temos aqui uma função constitucional de fiscalizar o Poder Executivo, e temos feito com total apoio do Ministério Público. Queria cumprimentar os deputados Carlos Neder, nosso relator Cássio Navarro, e nosso presidente Edmir Chedid.

Queria distinguir um pouquinho do que vimos ao longo dos anos nessa relação das OSS do Estado de São Paulo, e também em todo o país. É um processo relativamente novo, com 20 e poucos anos, em que as organizações sociais iniciaram essa parceria de forma mais contundente com o poder público. Muita dificuldade das prefeituras e do Governo do Estado para fazer, sem esse apoio complementar das organizações sociais, e daí temos que separar um pouco o joio do trigo. Talvez esse seja o principal papel desta Comissão.

Nós acompanhamos pelos jornais ao longo desse período, OSS criminosas e de faixada. O MP, esta Casa, o Poder Judiciário como um todo tem atuado com firmeza, mas ainda temos OSS de oportunistas, pessoas que entram não para fazer esse trabalho complementar para o Estado, mas sim cometer verdadeiros crimes numa área tão sensível como é a saúde. Posto isso, temos essas OSS de faixada que acabam por

manchar todo o coletivo das OSS. E temos também as OSS sérias e de gente que realmente têm um vínculo forte com a área. Algumas delas já estiveram aqui, e outras nós conhecemos tanto da relação histórica com a Medicina, quanto com o compromisso com a filantropia.

Dentro disso, essas também acabam por cometer diversas irregularidades, improbidades e muitas vezes por falta de conhecimento, por insegurança jurídica, que ainda permeia um pouco essa área da relação das organizações sociais. Esta CPI vai ter como responsabilidade produzir uma legislação mais transparente nesse sentido. Eu li aqui o documento passado para nós, muito importante essa cartilha, acho que para nós parlamentares até de forma mais clara como o MP enxerga isso dentro da relação, seja para o Governo do Estado ou para as prefeituras. Logo de início tem aqui uma grande, talvez um dos principais problemas vistos nessa relação com as OSS, que é a terceirização dos serviços de saúde com caráter prioritário na saúde pública, e não complementar, como diz a legislação e o Ministério Público.

Em muitos municípios as OSS são a principal força de saúde, que tocam tudo hoje, e não só a complementar, como rege a legislação. Acho que posto isso, conseguimos enxergar o tamanho das irregularidades que ainda temos no modelo de OSS implementado hoje no estado de São Paulo. É importante colocarmos as dificuldades. Eu penso naquela prefeitura, Dr. Smanio, e esse é um problema recorrente antigo. O prefeito tem um salário inferior ao que ganha um médico em qualquer tipo de lugar. E evidentemente o médico é um profissional daquela área e trabalha para receber do Estado, é a profissão dele. Então em dado momento se pensou, “precisamos contratar organizações de saúde para remunerar os médicos com salário adequado”, e daí fornecer àquela população um médico daquela especialidade necessária.

Acho que esse foi o início dessa relação. Com isso acabou se tornando, depois para enfermeiros. Hoje no município de Catanduva, do qual eu venho, a saúde é completamente gerida por uma organização social, complementar ao que é feito pela prefeitura. E assim enxergo que é na maioria dos municípios. Nós conversamos e avançamos muito também no problema da quarteirização. Acho que a maior parte dos problemas que acontecem, tanto de improbidade por erro, quanto de ilegalidades também de cunho criminal, é relativo a essas quarteirizações. Eu li atento, e o modelo feito não precisa ser uma licitação, mas um chamamento público, e depois é regido pela administração pública.

É tudo muito complexo nessa administração aos olhos da sociedade paulista, mas a quarteirização é o que tem nos preocupado de forma importante aqui. De que forma o Ministério Público enxerga essa quarteirização? E no mais, só agradecer a participação. O presidente Edmir tem feito de forma brilhante, e esta CPI tem avançado e se debruçado muito nesses problemas ligados às organizações sociais. É um modelo fantástico ao meu ver, que melhorou e muito a saúde do estado de São Paulo, e resolve diversos problemas. Mas sem sombra de dúvidas deve ser aperfeiçoado, e colocado cada vez mais com transparência.

Então agradeço por sua presença aqui, e deixo esse questionamento. De que forma nós podemos melhorar essa transparência das OSS do Estado de São Paulo?

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Obrigado aos nobres deputados. Reitero a honra de estar aqui ouvindo-os, e podendo responder. Agradeço muito pela menção a nossa querida Universidade Mackenzie, onde sou professor. Estou um pouquinho afastado por conta das funções, mas de fato é sempre uma lembrança muito querida para todos nós. Muito obrigado.

Eu acho que os deputados, na minha humilde ótica, têm a perfeita noção e explanaram exatamente o que pensamos. É preciso fazer um planejamento, esboçar o melhor sistema, corrigir eventualmente as falhas legislativas, aperfeiçoar a legislação para que possamos encontrar esses caminhos. O terceiro setor, como é chamado, veio para auxiliar o poder público na agilidade, na eficiência, naquilo que o poder público tem mais dificuldade de cumprir. De fato, as amarras legais do poder público são muito fortes, de forma que acabam acarretando uma dificuldade de gestão, de administração, como os senhores perceberam. Daí a importância do terceiro setor, sobretudo das OSS, que vieram para tornar - pelo menos essa era a ideia inicial - mais ágil e melhor.

Só que para isso precisamos de um sistema de fiscalização e controle que permita que elas cumpram suas atividades. De fato, nós não podemos juntar tudo mesmo. O senhor está perfeitamente correto na minha ótica. Existem coisas muito bem-feitas através do terceiro setor e das OSS, e evidentemente precisamos proteger essas coisas bem-feitas, fiscalizando e corrigindo aquilo que não está bem-feito. Acho que essa ideia de trazer a iniciativa privada, sobretudo com essa ótica social para perto do Estado, acho que todos nós temos a ganhar, desde que nessa maneira como os senhores mesmo estão fazendo, e o Ministério Público fará em conjunto com os senhores, como vem fazendo.

E talvez precisemos mesmo propor alguns aperfeiçoamentos legislativos para dar mais transparência e segurança, um controle prévio. Acho que sobretudo um controle preventivo, talvez separar melhor na legislação o que deve ser resguardado para ser prestado especificamente pelo Estado administração, e o que pode ser prestado pelo Estado terceiro setor, vamos chamar assim. Talvez definir melhor essas atribuições, e criar órgãos de controle. Ou usar os órgãos já existentes para fazer uma fiscalização prévia mais efetiva, o Tribunal de Contas talvez, ou outra forma de fiscalização que os senhores enxerguem melhor.

O Ministério Público está à disposição dos senhores para auxiliá-los na visão que os senhores estão trazendo.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem. Deputado Davi Zaia quer complementar, por gentileza?

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Só para cumprimentar o Dr. Smanio. Eu não pude acompanhar a exposição, tive que acompanhar a Comissão de Finanças, e tínhamos mais algumas que precisei acompanhar. Mas para registrar a importância dessa colaboração, e a clareza com que o senhor manifestou a posição do Ministério Público, que já conhecemos, mas que sob a direção de V. Exa. tem sido muito correto em analisar. E as posições que o senhor colocou aqui demonstraram isso. Nós temos que olhar o que tem de bom, o que isso acrescentou para melhorar o serviço do Estado, e valorizar. E temos que fazer a nossa tarefa, que é produzir uma legislação mais aprimorada, porque sempre é possível.

Uma lei com 20 anos enseja aprimoramentos, até porque a experiência muitas vezes mostra o que tem de bom e não tem. E tenho certeza que esta CPI, com a colaboração do Ministério Público, vai poder cumprir esse papel, e esta Casa vai ficar engrandecida, assim como o trabalho do MP. Muito obrigado. Parabéns, Dr. Smanio.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Obrigado, deputado. Insisto mais uma vez na alegria e honra de poder estar aqui presente com os senhores, e poder responder as indagações, trazer a colaboração do Ministério Público, e trabalhar nessa parceria, nesse trabalho conjunto tão importante para nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Dr. Smanio, quero agradecer imensamente V. Exa. pela presença aqui, do Dr. Garreta também, pela explanação que o senhor fez, a abertura que deu, a parceria que podemos efetuar, a disponibilidade dos dois procuradores para nos ajudarem. Que possamos trocar informações quanto a esse tema tão importante. Existem bilhões de investimentos, e muitas vezes isso não traduz no atendimento lá na ponta. Como havíamos falado ao senhor, fomos lá no hospital e não tinha pessoal para atender na portaria, uma dificuldade, um alvoroço. Uma dificuldade até para os deputados fazerem seus trabalhos.

Mas com o acompanhamento do Ministério Público aqui, o Dr. Garreta tem vindo sempre e acompanha pela internet, troca ideia conosco, isso é muito importante. Queria agradecer muito. Quero registrar a presença do nobre deputado José Américo, e também do nobre deputado Orlando Bolçone, que acaba de chegar aqui, e deve sempre trazer boas notícias de Rio Preto, uma região próspera do estado de São Paulo. Passo a palavra a V. Exa. para as considerações finais. Deputados Bolçone e José Américo querem fazer uso da palavra? Então passo a Vossa Excelência. Sei que o senhor tem horário.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Eu deixei horário, porque evidentemente essa é uma atividade importantíssimo. Presidente, queria primeiro agradecer muito por sua consideração pelo Ministério Público, a sua gentileza no convite. É um privilégio para o MP estar aqui na Assembleia Legislativa com os senhores, debatendo as questões que são fundamentais para a sociedade. Sinceramente, gostaria que esse fosse um passo para aprofundarmos, e darmos tantos outros passos. Tenham a certeza que o MP tem por função, como já disse, cumprir a legislação que os senhores elaboram, e procuramos fazer isso com independência e autonomia, de forma a honrar o trabalho que os senhores realizam na Casa Legislativa.

Mas também temos um longo caminho a percorrer, de trabalho conjunto. Já percorremos um longo caminho, a bem que se diga, e já temos um longo caminho de relação profícua, conjunta e respeitosa. Mas acho que há sempre o que melhorar e avançar. Tenham a certeza de que o Ministério Público deseja estar com os senhores, ouvir os senhores, se aperfeiçoar conforme aquilo que os senhores também têm a trazer de contribuição para nós, para que possamos fazer aquilo que todos nós temos vocação de fazer. Servir a sociedade, melhorar os serviços públicos e aquilo que o nosso Estado traz a seus cidadãos.

Muito obrigado mesmo, foi uma oportunidade importante. E a todos os senhores, muito obrigado por também estarem aqui e me ouvirem. E mais uma vez reiterar que estamos à disposição dos senhores aqui ou lá no Ministério Público. Enfim, como os senhores acharem melhor para essa continuidade da atuação conjunta. Muito obrigado.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, presidente. Ficamos com a incumbência de apresentar uma relação de pontos, e claro que a resposta do MP dependerá de nós identificarmos quais são os mais relevantes. Ficou aberta a possibilidade de um convênio, cuja minuta precisaria ser trabalhada, porque ela poderia ser apresentada como uma proposta desta CPI a ser assinada, se avançar, pelo presidente da Casa. Pergunto a V. Exa. como imagina conduzirmos essas duas questões, os pontos de destaque e também uma minuta de eventual convênio de colaboração entre as instituições, e se vamos ter um representante do Centro de Apoio Operacional nos auxiliando e acompanhando, ou se também será mediante provocação nas atividades da CPI.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Veja como quiser, presidente. Se o senhor quiser podemos colocar em contato e o senhor vê qual a melhor maneira, trabalhamos em conjunto. Fica seu critério. Podemos permanentemente ter alguém do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Os procuradores da Casa que estão conosco, um deles até foi seu chefe de gabinete.

O SR. GIANPAOLO POGGIO SMANIO - Sim, trabalhamos e somos amigos conjuntos. Nós estamos trabalhando em conjunto entre amigos e companheiros, tenham a certeza disso. Veja qual é o melhor interesse.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vamos formular esse trabalho, já que o senhor dá essa abertura total para nós. Muitíssimo obrigado. Pergunto aos Srs. Deputados se podemos encerrar a sessão.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, presidente. Nós temos alguma atividade prevista ainda para essa semana?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Não, excelência. A próxima é dia 19. Os senhores gostariam de fazer uma diligência em algum outro local?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Acho que talvez pudéssemos agendar depois uma reunião específica sobre.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ok. Então dou por encerrada a presente sessão, agradecendo a presença de todos. Dr. Smanio, Dr. Cosenzo, Dr. Garreta, os Srs. Deputados, a assessoria e a nossa equipe brilhante da Assembleia Legislativa.

* * *